



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping – Cuiabá/MT, 08 de agosto de 2010.

Notícias / **Brasil**

06/08/2010 - 21:42

MDS pesquisará situação nutricional de comunidades quilombolas

Da assessoria

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) fará pesquisa sobre a situação de segurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas. O objetivo do estudo é avaliar o perfil nutricional de crianças menores de 5 anos, a situação de segurança alimentar e nutricional, o acesso aos serviços, benefícios e programas governamentais das famílias e descrever o perfil socioeconômico das comunidades remanescentes de quilombos tituladas.

O levantamento será realizado em 173 comunidades quilombolas que obtiveram título de posse coletiva da terra emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou por órgãos oficiais estaduais (entre 20 de novembro de 1995 e 14 de outubro de 2009). Os pesquisadores também conhecerão os dados antropométricos de todas as crianças menores de 5 anos. “O MDS conta com as importantes parcerias da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), do Incra, da Fundação Palmares e do Ministério da Saúde para a realização do estudo”, explica Cristiane Pereira, servidora do Departamento de Avaliação do MDS.

Metodologia – Serão coletados dados quantitativos por meio de três questionários estruturados referentes à comunidade e seus equipamentos públicos, ao domicílio e às crianças. Segundo Cristiane Pereira, em cada comunidade, todos os domicílios visitados e equipamentos públicos disponíveis serão georreferenciados e codificados com o uso de aparelhos eletrônicos que operem no Sistema de Posicionamento Global (GPS). O MDS já programou oficinas de sensibilização e mobilização das lideranças quilombolas. Essas reuniões ocorrerão no dia 22 e 29 de novembro, em Brasília e São Luis, respectivamente. Outras duas estão agendadas para 6 e 8 de dezembro, em Belém e Santarém, no Pará.

Dados – A Chamada Nutricional Quilombola realizada em 2006 apontou a existência de aproximadamente 50% das crianças em risco de déficit nutricional, dentre as quais a



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

desnutrição crônica vinha provocando retardo de crescimento em 15%. Entre as comunidades quilombolas, menos de 30% dos domicílios eram atendidos por serviços públicos de água e esgoto ou dispunham de fossa séptica e 58,5% das residências não possuíam banheiros. Quanto ao acesso a serviços e programas sociais, o estudo detectou os seguintes percentuais: 51,7% das famílias recebiam o Bolsa Família/Bolsa Escola ou Bolsa Alimentação; 6,5% ganhavam cestas de alimentos; 1,6% eram atendidas por ações estruturantes/instalação de equipamentos; 3,8% eram beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti); 2,3% recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC); 3,2% foram beneficiadas pelo projeto Cisternas e 8% foram atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar modalidade leite (PAA-Leite).

Pesquisas – A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS é responsável pela avaliação e pelo monitoramento de políticas, programas, ações e serviços executados pelo ministério. Essas atividades são realizadas por meio do Sistema de Avaliação e Monitoramento, que engloba a produção de indicadores para acompanhar a execução dos programas, o desenvolvimento de ferramentas computacionais para o tratamento das informações, além de estudos e pesquisas realizados em parceria com instituições públicas e privadas que avaliam a execução e os resultados dessas ações.

Para realizar os estudos, o MDS promove licitações. O processo licitatório – para a pesquisa nas comunidades quilombolas está em andamento, em cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O prazo para recebimento das propostas das empresas interessadas em participar da Chamada Nutricional termina no dia 10 de agosto. Para se candidatar, as instituições devem retirar o edital, com o termo de referência, no site do Pnud (<http://www.pnud.org.br/licitacoes>) e apresentar propostas de acordo com as especificações definidas no edital. Podem participar empresas, instituição de pesquisa, fundação ou consórcio de instituições.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=MDS_pesquisara_situacao_nutricional_de_comunidades_quilombolas&edt=22&id=120707



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

07/08/2010 - 00:28

Combate à dengue é intensificado na região do bairro Vila Roseli

Da assessoria



A Secretaria de Saúde de Rondonópolis intensificou as ações de combate à dengue nos bairros Vila Roseli, Jardim Maracanã e Morumbi. Nesta sexta-feira, 6 de agosto, agentes de Saúde Ambiental – ASA, realizaram atendimento na comunidade com o objetivo de identificar focos da larva do mosquito transmissor da doença, o *Aedes Aegypti*. Os profissionais fizeram visitas às residências e orientaram os moradores. A intenção da Secretaria é ampliar o atendimento às famílias e diminuir os casos de dengue e leishmaniose na cidade.

A ação é realizada em parceria com a Vigilância Sanitária. Cerca de 480 casas, 25 comércios e 152 terrenos baldios foram vistoriados durante todo o dia. Gleicy Ramão Campos, agente de Controle de Endemias esclarece que a meta é conscientizar a população para o perigo da dengue. “Encontramos vários focos da doença e os proprietários foram notificados. Mas isso não estaria acontecendo se todos fizessem sua parte”, disse.

A coordenadora do Departamento de Saúde Coletiva, Djanira Logrado, destaca que o Município vai continuar o atendimento na zona urbana e rural mesmo na época de seca para mostrar a importância de evitar o acúmulo de água e manter os terrenos limpos.

Segundo o gerente do Núcleo de Vigilância Ambiental, Edgar da Silva Prates, os profissionais estão trabalhando para evitar o aparecimento de novos casos, tanto de dengue como leishmaniose. No mês de julho foram identificadas 19 pessoas com a doença e na primeira semana de agosto já são quatro novos casos.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

“Pedimos a colaboração dos proprietários para que cuidem da limpeza dos terrenos. A dengue é uma doença perigosa, e mesmo com o tempo seco, o problema continua. Não deixe recipientes com água parada e feche a tampa da caixa de água. Só assim vamos ter força para combater a doença”, enfatiza.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Combate a dengue e intensificado na regioao do bairro Vila Roseli&edt=25&id=120675](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Combate+a+dengue+e+intensificado+na+regiao+do+bairro+Vila+Roseli&edt=25&id=120675)

Notícias / Cidades

09/08/2010 - 11:54

Empresários estão insatisfeitos com novo sistema de resíduos sólidos

Da Redação - Pollyana Araújo

O novo sistema de gestão de resíduos sólidos implantado pela Prefeitura de Cuiabá não tem sido bem aceito pelos empresários do ramo da construção civil. Por causa disso, a Associação de Empresas Locadoras de Equipamentos para a Construção Civil de Mato Grosso encaminhou ofício ao prefeito Chico Galindo (PTB) e ao Ministério Público Estadual, relatando a insatisfação e as dificuldades que os empresários do setor vem enfrentando.

No documento protocolado na prefeitura e no MPE, a associação reclama da falta de divulgação do novo sistema, o que acarretou no desconhecimento da parte da população em relação ao custo/benefício que ele causa. Não foi dado ao Plano a publicidade pela Grande Mídia, registra o documento.

O documento detalha vários pontos decorrentes do novo sistema. Entre eles, o valor das tarifas, que foi imposto pela Eco Ambiental, empresa vencedora da licitação, sem acatar possibilidades de negociação com as empresas construtoras e a própria população, que também irá desembolsar com as novas medidas.

Os locadores de equipamentos lembraram as seguidas discussões em torno de um preço justo, compatível com a realidade de mercado, e que não impactasse tanto aos consumidores, mas um valor consensual não foi obtido. Os locadores defendem uma quantia aproximada de cinco reais por metro cúbico, enquanto a Eco Ambiental exige o valor exorbitante de dezoito reais por metro cúbico.



A associação chegou a propor, em reunião envolvendo a Eco Ambiental, o Sinduscon e a prefeitura, que esses envolvidos chegassem a um valor justo para o serviço e que esse valor seria cobrado até o final de 2010, quando então, poderia ser estipulado um outro valor, após acordo entre as partes envolvidas. Mas essa negociação não avançou.

O documento protocolado pela associação registra todos esses detalhes e deixa claro o descontentamento da classe, bem como a inviabilização do mercado, uma vez instalado o novo sistema. A associação conta com 26 associados, o que representa aproximadamente 90% do total de caçambas disponíveis no mercado.

Com informações da Assessoria

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Empresarios_estao_insatisfeitos_com_novo_sistema_de_residuos_solidos&edt=25&id=121132

Notícias / **Cidades**

08/08/2010 - 10:02

Começa nesta segunda a segunda etapa da vacinação contra Pólio

Da Redação - KM

Começa na próxima segunda-feira (09) a segunda etapa de vacinação contra a Poliomielite, em Mato Grosso. Com o slogan "Não vai esquecer a segunda dose, hein?", o Dia D da Vacinação está programado para o sábado (14). Nesta segunda etapa serão aberto 1.600 posto de vacinação distribuídos nos 141 municípios. A meta é imunizar 262.931 crianças menores de cinco anos.

Durante a primeira etapa o Estado vacinou 231.142 mil crianças menores de 5 anos, de uma meta de 262.931, o que estabelece um percentual de 87.91 % de cobertura vacinal no Estado. "Faz-se importante ressaltar que os dados ainda não estão fechados, pois os municípios ainda estão alimentando o sistema. Com o fechamento teremos a certeza de que Mato Grosso continuará superando a meta mínima de 95% preconizada pelo Ministério da Saúde", declarou disse o superintendente de Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde, Oberdan Ferreira Coutinho Lira.

Segundo levantamento parcial, o município de Cuiabá tem a cobertura vacinal de 78.41%, sendo vacinadas 35.694 crianças de um total de 45.522 a serem vacinadas. Em



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Várzea Grande a cobertura vacinal é de 88.59%, uma vez que foram vacinadas 19.625 crianças de um total de 22.152. Rondonópolis apresenta até o momento um índice de 75.56% uma vez que foram vacinadas 11.677 de uma meta de 15.454 crianças. Já o município de Sinop já ultrapassou a meta do MS de 95%, atingindo uma cobertura vacinal de 97.38%, sendo vacinadas 105.33 vacinadas de uma meta de 108.16.

Serão disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, 350 mil doses da vacina para que Mato Grosso cumpra a meta de imunizar 262.931 crianças menores de cinco anos. A segunda etapa da Campanha de Vacinação contra a Pólio se encerra no dia 15 de setembro.

Com informações da assessoria.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Comeca nesta segunda a segunda etapa da vacinao contra Polio&edt=25&id=120934](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Comeca_nesta_segunda_a_segunda_etapa_da_vacinacao_contra_Polio&edt=25&id=120934)

Notícias / Cidades

08/08/2010 - 08:34

Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas mostra resultados em Juara

Seduc/MT

Há três anos a Escola Estadual Nivaldo Fracarolli, no município de Juara (709km a Médio-Norte), percebeu a necessidade de trabalhar a saúde e prevenção de doenças com alunos da unidade. Com a orientação da professora e coordenadora, Fabiana Ferro Biudes, a escola desenvolve o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), conseguindo reduzir em até 80% o índice de gravidez entre adolescente.

No início a professora trabalhava dentro da sala de aula com os alunos. Hoje, com o apoio de outra professora, Arlene Poubel Sirena, capacitou estudantes do Ensino Médio que atuam como palestrantes multiplicando as informações para os colegas por meio de apresentações de vídeos, fotos e slides.

Os resultados começam a ser percebidos. Um ciclo de palestras, ocorrida nos dias 04 a 06 de agosto, reuniu os palestrantes que falaram sobre o corpo humano, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência. Medidas como essas vem, ao longo dos anos, reduzindo os casos de gestação na adolescência entre as estudantes da



escola.

“A incidência de gravidez, estimada em 80%, era uma das preocupações que tínhamos”, lembra a professora Fabiana. Segundo ela, um dos pontos é o fato de que as alunas quando engravidam deixam a sala de aula. Atualmente, o único caso na escola é trabalhado com o objetivo de que a aluna permaneça na escola até quando for possível.

A coordenadora acredita, ainda, que exista uma diferença significativa no fato dos palestrantes serem alunos; pessoas que vivem a mesma realidade e, por isso podem mostrar que é possível conhecer o próprio corpo e cuidar dele de forma saudável.

As palestras motivam aos demais professores a trabalharem o assunto debatido com os alunos e a criar materiais sobre o assunto como livros, poesias, músicas, entre outros. O projeto conta com o apoio do Centro de Triagem e Aconselhamento (CTA).

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Projeto Saude e Prevencao nas Escol as mostra resultados em Juara&edt=25&id=120918](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Projeto_Saude_e_Prevencao_nas_Escolas_mostra_resultados_em_Juara&edt=25&id=120918)

Notícias / Cidades

07/08/2010 - 02:36

Saúde beneficia bairro Nova Fronteira neste sábado (07)

Da assessoria

A Secretaria de Saúde de Várzea Grande (SMS/VG) participa mais uma vez da caravana da cidadania. Com intuito de levar assistência médica, facilitando o acesso a população, desta vez a ação social será realizada na Escola Estadual Terezinha de Jesus no bairro Nova Fronteira. O mutirão será realizado amanhã (07.08) as 7h30 até 17h.

A Secretaria de Saúde irá oferecer a população diversos serviços na área de saúde, entre eles: Consultas médicas nas áreas de clínico geral e pediatria, onde serão feitos exames de: tipagem sanguínea, teste glicemia e aferição de pressão arterial. Na área de odontologia: será feitos exames de prevenção de câncer bucal, escovação dentária com aplicação de flúor. Distribuição de medicamentos básicos com receitas, além de também orientações para prevenção de DST (doenças sexualmente transmissíveis), Hanseníase e Tuberculose.

CCZ - O Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) irá realizar o teatro de fantoches



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

alertando sobre a importância do combate a dengue. O Centro também realizará a exposição de animais entomológicos e visualização do mosquito *Aedes Aegypti* através de microscópio. A policlínica do Cristo Rei também levará ao público o teatro com temas direcionado a saúde na prevenção e cuidados com dengue.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Saude_beneficia_bairro_Nova_Fronteira_neste_sabado_07&edt=25&id=120727

Notícias / **Ciência & Saúde**

09/08/2010 - 02:19

Falta de atualização de cadastro impede doações de medula óssea

GI

Quase dois milhões de pessoas estão cadastradas como possíveis doadores de medula óssea no Brasil. Mas, muitas vezes, o problema na hora do transplante é encontrar quem se cadastrou e ajudar pacientes como Leonardo, de 13 anos.

O adolescente tem leucemia e há um ano procura um doador de medula – a única possibilidade de cura no caso dele. “Quero jogar bola, ir à praia, shopping... só”, diz o menino, cheio de sonhos.

Entre irmãos, a chance de haver compatibilidade é de uma em cada quatro pessoas. Mas fora da família, o índice cai para um em cada 100 mil pessoas.

Depois de muita espera na fila, ao receber a notícia de que finalmente há um doador compatível, o paciente pode não conseguir realizar o transplante porque o doador mudou de endereço, não atualizou seu cadastro e, dessa forma, não pode ser localizado.

Quem quiser ser um doador, ajudar uma pessoa a se salvar de muitas doenças, como é o caso do transplante de medula óssea, tem que estar consciente de manter esse cadastro atualizado. Luís Fernando Bouzas Este ano em todo o país, 337 pessoas foram identificadas no cadastro com medula compatível para doação. Mas 54 delas não puderam ser encontradas.

“Quem se cadastrar, quem quiser ser um doador, ajudar uma pessoa a se salvar de muitas doenças, como é o caso do transplante de medula óssea, tem que estar consciente



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

de manter esse cadastro atualizado”, alertou o diretor do Instituto Nacional de Câncer (Inca), Luís Fernando Bouzas.

Há também uma parcela que desiste quando recebe o chamado por medo. Mas os médicos garantem que o procedimento é seguro.

A medula, que parece uma gelatina, é retirada dos ossos da bacia com uma espécie de agulha. O doador não sente nada e, geralmente, é liberado do hospital no dia seguinte.

Já o paciente recebe a medula por um cateter, em um processo parecido ao de uma transfusão de sangue.

“Na hora que você acha um doador, que precisa de uma compatibilidade, que você punçou uma pessoa num universo de 100 mil pessoas, que ela diga ‘sim’ naquela hora tão importante para se sentir muito bem, com alma lavada: ‘Eu ajudei alguém a sobreviver’”, afirmou a coordenadora de coleta do Instituto estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti (Hemorio), Vera Horta.

No site do Jornal Nacional, é possível encontrar informações de como se tornar um doador de medula óssea e, também, como manter o cadastro sempre atualizado.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Falta de atualizacao de cadastro impe de doacoes de medula ossea&edt=34&id=121029](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Falta_de_atualizacao_de_cadastro_impe_de_doacoes_de_medula_ossea&edt=34&id=121029)

Notícias / **Ciência & Saúde**

08/08/2010 - 12:35

Políticas públicas devem estimular maior acesso dos pais no cuidado dos filhos, dizem especialistas

ABr

Os homens deveriam poder acompanhar mais seus filhos recém-nascidos nos serviços de saúde. Quem alerta são mulheres especialistas nas questões de gênero e de família ouvidas pela Agência Brasil. Na opinião delas, é limitado o acesso dos pais no atendimento pré-natal e nos cuidados com os recém-nascidos na rede hospitalar.

“Por que os serviços de saúde não trazem os homens mais para perto?”, indaga Inês Hennigen, professora do programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Segundo ela,



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

docentes e diretores aceitam, comparativamente mais, a presença cotidiana dos pais na escola do que médicos e atendentes nos hospitais.

A gerente de projetos da Secretaria de Políticas das Mulheres, Luana Pinheiro, assinala que os pais, no Brasil, já deveriam gozar de um prazo maior de licença-paternidade (hoje, de cinco dias) para cuidar dos bebês, ou até mesmo poder alternar a licença com a mãe (licença parental). “O problema é a estrutura que reproduz comportamentos que já não cabem nos modelos não tradicionais de família que temos agora”, constata.

“Isso acontece porque esse padrão tradicional está consolidado. A sociedade ainda reconhece o papel do pai ainda muito distante dos filhos”, acrescenta Malu Moura, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e do Conselho Federal de Psicologia. “As mulheres também têm que envolver mais os pais nos cuidados com os filhos. E os pais devem assumir mais tarefas”, recomenda.

“Ter dois é melhor do que um”, contabiliza a professora Inês Hennigen, para quem os pais, como as mães, servem de “referência, parâmetros ou possibilidades de manobra”. Segundo ela, as crianças são formadas a partir de “diversas interfaces” e é positivo que “os pais também sejam reconhecidos pelo carinho, acolhimento e capacidade de negociar”.

Além da questão afetiva, o acesso dos pais ao cuidado dos filhos desde o pré-natal tornou-se uma necessidade para a sociedade. “As relações sociais mudaram. Não temos uma economia que depende só dos homens”, lembrou a acadêmica.

De acordo com os dados do IBGE, que constam da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, o número de famílias em que as mulheres são chefes e que têm a presença dos pais aumentou de 2,4%, em 1998, para 9,1%, em 2008. Também aumentou mais recentemente o número de famílias monoparentais, em que o pai, exclusivamente, cuida dos filhos, de 2,1%, em 1993, para 3%, em 2007.

Em maio desse ano, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que aumenta a licença-paternidade para 15 dias. Além desse projeto, cerca de uma dezena de propostas tramitam no Congresso Nacional redefinindo o prazo da licença para o pai.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

No final do mês passado, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) promoveu um evento em Brasília onde defendeu-se uma mudança na legislação trabalhista para permitir que os pais cuidem mais dos filhos. “Algumas políticas públicas e a legislação ainda tratam as mulheres como cuidadoras. É preciso reconhecer que homens e mulheres têm direitos iguais no mundo do trabalho e na relação familiar. O cuidado dos filhos não é apenas uma responsabilidade, mas um direito, que também é dos pais”, apontou a diretora da OIT no Brasil, Laís Abramo

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Políticas_publicas_devem_estimular_maior_acesso_dos_pais_no_cuidado_dos_filhos_dizem_especialistas&edt=34&id=120949

Notícias / **Ciência & Saúde**

08/08/2010 - 12:21

Homens fazem mais exames de próstata e vasectomias

Da assessoria

O Ministério da Saúde comemora, neste Dia dos Pais (8), importantes resultados da Política Nacional de Saúde do Homem, que completa o primeiro ano no final deste mês. Dados do Sistema Único de Saúde (SUS) mostram o avanço da participação masculina no planejamento familiar e o crescimento da quantidade de exames de próstata realizados no SUS. O Brasil foi o país pioneiro na América Latina a implementar uma política pública de saúde específica para os homens.

Em sete anos, a quantidade de vasectomias feitas pelo SUS cresceu 79%. O número de cirurgias saltou de 19.103, em 2003, para 34.144, em 2009. Durante o lançamento da política, ano passado, o ministério aumentou em 148% o valor pago por procedimento em ambulatório (de R\$ 123,18 para R\$ 306,47) e em 20% o valor por operação feita com internação (de R\$ 255,39 para R\$ 306,47).

O crescimento da quantidade de exames de próstata também indica que os homens também estão se cuidando mais para prevenir complicações como o câncer. De 2003 a 2009, triplicou o número de testes que detectam uma atividade anormal da próstata. A quantidade de PSAs (Dosagem de Antígeno Prostático Específico) realizadas na rede pública de saúde saltou de um para três milhões nesse período.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

No total, 70 municípios - incluindo todas as capitais - já aderiram à Política Nacional de Saúde do Homem. Para cada uma dessas cidades, o governo federal repassa R\$ 75 mil para o financiamento de ações e serviços relacionados à política. Além disso, o governo federal coloca à disposição dos estados e municípios recursos da ordem de R\$ 613 milhões para ações indiretas, como distribuição de cartilhas, ações de educação, de comunicação e campanhas.

QUESTÃO CULTURAL – Estudos do Ministério da Saúde apontam que os homens só costumam procurar os serviços de saúde quando o problema geralmente já evoluiu. Por isso, acabam recorrendo aos hospitais. “Eles gostam de se ver como ‘fortões’, acham que nunca vão adoecer. Atribuem a si o papel de provedor, de cuidador. Por isso, têm medo de descobrir as doenças porque, para eles, essa situação está associada à fragilidade”, explica o coordenador nacional de Saúde do Homem, Baldur Schubert.

Em agosto do ano passado, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Com isso, o Brasil está na vanguarda das ações voltadas para esta população. O país é o primeiro da América Latina e o segundo do continente americano a implementar uma ação focada exclusivamente em problemas masculinos de saúde.

A política foi estruturada para aumentar o número de homens que procuram os serviços de saúde da atenção primária por meio da sensibilização da população e da capacitação dos serviços de saúde. Mais de 26 milhões de cartilhas sobre prevenção, diagnóstico, tratamento de câncer e promoção de hábitos saudáveis estão sendo distribuídas pelas secretarias estaduais e municipais de saúde.

INDICADORES - Indicadores mostram que os homens têm hábitos de vida menos saudáveis e estão mais suscetíveis a fatores de risco para doenças crônicas. Na população brasileira, 15% das pessoas fumam. Entre elas, 19% são adultas do sexo masculino, enquanto 12% são do sexo feminino, segundo a pesquisa Vigitel/2009. O estudo também mostrou que 18% dos homens não praticam nenhuma atividade física, contra 9% das mulheres.

Os homens também têm uma alimentação considerada pior que a das mulheres. Enquanto 43% deles comem carne com excesso de gordura, 24% das mulheres fazem o



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

mesmo. O consumo de carnes com excesso de gorduras é responsável por 18% das doenças cardiovasculares e 56% das doenças isquêmicas do coração – a primeira causa de morte entre as pessoas do sexo masculino. As doenças do aparelho circulatório foram responsáveis por 26% das mortes masculinas em 2006, segundo estudo feito pelo Ministério da Saúde.

BRASÍLIA – Uma ação preventiva de saúde dos homens brasileiros promete movimentar o Parque da Cidade, em Brasília (DF), neste Dia dos Pais (8). A I Feira de Saúde do Homem é uma parceria entre a Secretaria de Saúde do DF, o Ministério da Saúde e a Sociedade Brasileira de Urologia. Os espaços para a realização de exames e outros procedimentos gratuitos serão montados no estacionamento do parquinho Ana Lúcia, até as 17h deste domingo.

A Caravana do Movimento pela Saúde Masculina, que percorre todo o País, também vai “desembarcar” no Parque da Cidade para esclarecer quais as principais doenças que atingem os homens. Fazem parte da equipe multidisciplinar da caravana urologistas, psicólogos e enfermeiros. Os visitantes poderão medir a pressão arterial, a taxa de glicose, o colesterol e o Índice de Massa Corporal (IMC), além de terem poderem fazer avaliação nutricional e exames. Todos os procedimentos são gratuitos. Corais e bandas de Brasília vão se apresentar no local para animar os papais e as famílias.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Homens fazem mais exames de prostata e vasectomias&edt=34&id=120947](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Homens%20fazem%20mais%20exames%20de%20prostata%20e%20vasectomias&edt=34&id=120947)

[EQUILÍBRIO](#) / SAÚDE

07.08.10 | 22h06

Homens precisam tomar cuidado com HPV, diz Nobel de Medicina

Harald zur Hausen, premiado em 2008, critica desconhecimento do vírus

G1

Laureado com o prêmio Nobel de Medicina em 2008 por conta da descoberta da ligação entre o HPV e o câncer de colo uterino, o médico alemão Harald zur Hausen, de 74 anos, afirmou em entrevista ao G1 que o conhecimento sobre o perigo oferecido pelo vírus precisa ser ampliado.



Saúde em Foco



Presente no Brasil durante a inauguração de um novo centro de pesquisas em oncologia do hospital A.C. Camargo, em São Paulo, o médico comentou que as pessoas levam, em média, de 15 a 20 anos para notar os efeitos do parasita no corpo.

"Agentes de saúde, médicos, professores e principalmente os pais precisam preparar as pessoas mais jovens para os perigos do vírus", diz Hausen. "No começo da distribuição das primeiras vacinas, muita informação desconhecida foi veiculada sobre os efeitos colaterais da imunização, mas felizmente nada se comprovou."

O HPV é responsável por lesões conhecidas como papilomas e, no caso dos tipos severos, pode causar tumores malignos não só em regiões genitais como vagina e pênis, mas também na boca, faringe e no ânus.

Alerta aos homens

Hausen destaca que os homens, em geral, não estão informados quanto ao perigo de contrair o vírus. Para o médico, é preciso mais responsabilidade por parte da ala masculina.

"Os homens precisam entender que eles também transmitem e recebem o HPV", diz o médico. "É uma questão de solidariedade entre gêneros, é preciso evitar práticas que levem a infecções."

Segundo o médico, há casos como o tumor maligno no ânus que aparecem com mais frequência em homens do que em mulheres, manifestados pelo mesmo tipo de infecção do HPV.

Erradicação

Atualmente, as imunizações não são encontradas no sistema de saúde público e o valor pedido pelas fabricantes é alto. Hausen acredita que é preciso iniciativa por parte dos órgãos federais ligados à saúde para redução do preço.

"Isso já se demonstrou eficaz em alguns casos, mas acredito que a competição entre empresas, com mais laboratórios fazendo a vacina, seria o ideal", diz o médico. "Os valores cairiam automaticamente."

Para o vencedor do Nobel, a idade ideal para a administração da vacina seria entre 9 e 14 anos, com diferenças de acordo com as condições de saúde e comportamento nos países.

"Há uma chance de erradicar o vírus por meio das vacinas, mas é preciso que elas sejam administradas tanto em homens como em mulheres, de preferência antes do começo da atividade sexual", explica Hausen.



EQUILÍBRIO / DENGUE

07.08.10 | 23h37

Instituições de pesquisa brasileiras produzem versões próprias da vacina contra dengue

Fundação Oswaldo Cruz e Instituto Butantan esperam ter doses eficazes em até cinco anos

R7

A busca por uma vacina eficaz contra a dengue também é meta de centros de pesquisa brasileiros. Cientistas da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, o do Instituto Butantan, em São Paulo, desenvolvem, em projetos separados, vacinas que pretendem ser eficazes na imunização contra os quatro vírus que causam a dengue.

A tecnologia empregada em ambas mantém os padrões internacionais mais avançados, no entanto, nenhuma delas ainda chegou ao estágio próprio para ser testada em humanos. Para se chegar a esse processo serão necessários pelo menos cinco anos, segundo os coordenadores das pesquisas.

A Fiocruz, vinculada ao Ministério da Saúde, começou a produzir a versão da vacina em 2002. Desde então, desenvolveu cada componente até chegar a sua versão tetravalente (composta por quatro sorotipos do vírus), que foi testada em macacos com sucesso.

Depois de receberem três doses da vacina tetravalente, foram injetados nos animais três vírus da dengue em diferentes grupos. O vírus selvagem, ou quarto vírus, não foi testado, por medida de segurança, já que nunca foi encontrado no país. Atualmente a pesquisa da Fiocruz está em fase de testes pré-clínicos, ou seja, ainda não pode ser testada em humanos, explica o coordenador da pesquisa, Ricardo Galler, do Departamento de Desenvolvimento Tecnológico de Biomanguihos (divisão de vacinas da Fiocruz).

- A gente tem prova de que a vacina tetravalente funciona em macacos, pois já foram feitos os testes com os animais. Os macacos foram testados porque é o animal que mais reflete a infecção em humanos, embora não manifeste as formas graves da doença, mas permite dosar a multiplicação do vírus.

A vacina tetravalente da Fiocruz é formulada com base no vírus da febre amarela. Dentro dele são colocados genes de todos os quatro vírus da dengue que, juntos, vão codificar uma proteína capaz de conferir imunidade contra a dengue. Essa metodologia é resultado da transferência de tecnologia com o laboratório GSK (GlaxoSmithKline), proveniente de um acordo realizado em 2009, segundo o Ministério da Saúde.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Ainda, segundo Galler, o laboratório não tem previsão de quando começará os testes da vacina em humanos. Essa fase deve acontecer daqui a dois, três anos, afirma. O possível "atraso" comparado às pesquisas internacionais podem ter fundo econômico.

- Não adianta comparar com os grandes laboratórios internacionais que têm muito mais dinheiro.

Testes em humanos já este ano

A vacina tetravalente desenvolvida pelo Instituto Butantan é resultado de uma parceria entre o Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos (National Institutes of Health), principal órgão americano de produção e financiamento de pesquisas.

De acordo com o diretor médico do Departamento de Ensaios Clínicos do Instituto Butantan, Alexander Roberto Precioso, há previsão de que comecem a testá-la em humanos até o fim deste ano ou, no máximo, até o primeiro semestre do ano que vem no país. O teste em humanos terá o objetivo de avaliar a segurança da vacina em voluntários sadios que nunca tiveram dengue.

- Vamos analisar a resposta imunológica da vacina. Todas as vacinas têm efeitos adversos, mas, essa, assim como outras, passou por séries de análises em animais para caracterizar a seguridade.

A vacina será administrada como uma injeção intramuscular em duas doses, com intervalo de seis meses de cada uma. Na fase 1, a vacina será testada em adultos saudáveis entre 18 e 50 anos.

- Nosso planejamento é que façamos testes com pelo menos cem voluntários. Essa fase deve durar pelo menos um ano, já que serão dadas duas doses.

Segundo ele, a perspectiva para se ter uma vacina segura e testada no país é de pelo menos cinco anos.

<http://www.midianews.com.br/?pg=noticias&cat=7&idnot=28635>

[TANGARÁ DA SERRA](#) | 09/08/2010 - 07:30

[Tangará registra diminuição de quase 70% nos casos de dengue](#)

Laura Nabuco

Ao contrário do que acontece no restante de Mato Grosso, em Tangará da Serra o número de notificações de casos de dengue diminuiu em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo dados da secretaria de Saúde do Estado, no ano passado foram registrados 30,5 mil casos da doença em Mato Grosso. Este ano o número já ultrapassou



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

os 40 mil casos. Em Tangará da Serra, no entanto, a queda de notificações foi de quase 70%. Enquanto de janeiro a julho de 2009 foram registrados mais de 1,8 mil casos, no mesmo período deste ano foram apenas 573. No mês passado, por exemplo, a cidade registrou apenas um caso.

Mesmo com a redução nos índices, 30 agentes continuam trabalhando para orientar a população quanto aos cuidados com os possíveis focos de mosquito. A coordenadora da Vigilância Sanitária da cidade, Martides de Souza Malaco, diz que a maior dificuldade ainda está nos bairros periféricos. "A gente considera um número baixo. Nos anos anteriores, tínhamos um problema maior, mas graças a Deus a população está tendo consciência. A dificuldade maior são nos bairros mais afastados da cidade", diz.

<http://www.rdnews.com.br/noticia/tangara-registra-diminuicao-de-quase-70-nos-casos-de-dengue>

[VÁRZEA GRANDE](#) | 07/08/2010 - 12:02

Após sumiço de remédios, Murilo é incriminado por improbidade

Patrícia Sanches

O prefeito de Várzea Grande Murilo Domingos (PR) responde a uma ação civil pública por improbidade administrativa e pode ir parar no banco dos réus caso fique comprovado o desaparecimento de medicamentos do almoxarifado da prefeitura. Conforme os promotores de Justiça Tiago de Sousa Afonso da Silva e Carlos Eduardo Silva ficou constatada a existência de deficiências no sistema de controle patrimonial e o desaparecimento de 665 caixas de Citocaína (Citanest) em 2007. Além de Murilo, também foram acionados o ex-secretário municipal de Saúde, Arilson Costa de Arruda, e os servidores Osvaldo Curvo de Moraes, Esperidião Leite de Oliveira e Marcelo Santana Costa. Os prejuízos ao erário, segundo o MP, seriam de R\$ 18,3mil, conforme dados do relatório elaborado pela auditoria do Sistema Único de Saúde (SUS).

“A auditoria teve por base as notas fiscais de aquisição de medicamentos realizados pela prefeitura entre fevereiro de 2007 e julho de 2008, e as requisições de remédios por meio das quais era autorizada a retirada dos produtos do estoque municipal”, pontuou Tiago de Sousa. A lista de irregularidades apontadas pelos técnicos do SUS incluiu a ausência de servidores qualificados; inexistência de inventário e registros de medicamentos armazenados no almoxarifado; falta de câmeras de monitoramento e entrega de medicamentos sem a conferência das quantidades retiradas. “Em virtude da falta de cuidado com o patrimônio público. Esses, por sua vez, devido à influência exercida em determinados setores da administração, conseguiam promover a retirada dos produtos desejados”, acusam os promotores.

Na ação, além de requerer o ressarcimento e a punição dos gestores nas sanções previstas na Lei 8.429, de 1992, os promotores também pleiteiam a concessão de medida liminar para que o município seja obrigado a adotar, em 45 dias, as medidas necessárias para garantir um controle eficaz do almoxarifado da secretaria de Saúde.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

<http://www.rdnews.com.br/noticia/apos-sumico-de-remedios-murilo-e-incriminado-por-improbidade>

09/08/2010 - 07h15

“Boom” de energia verde destrói povos indígenas em MT, diz Survival

Hebert Almeida
Redação 24 Horas News

Com o objetivo de marcar o Dia Internacional das Populações Indígenas (instituído pela ONU), que se comemora nesta segunda-feira, dia 9, a Survival International, organização de apoio fundada em 1969 com objetivo de ajudar-lhes a defender as suas vidas, proteger as suas terras e decidir o seu próprio futuro, publicou um relatório que denuncia o impacto devastador que a construção de hidrelétricas tem em povos indígenas. E cita como maior exemplo a situação que acontece no Norte do Estado.

A construção de um complexo de 29 usinas na região deverá afetar os Enawene Nawe, no Noroeste de Mato Grosso, e vários grupos de índios isolados, sem contato com o chamado “homem branco”. Recentemente, os índios ocuparam um canteiro de obras da Hidrelétrica de Dardanelos, quando fizeram dezenas de funcionários como reféns, em busca de uma solução negociada.

Os Enawene Nawe vivem em uma área de savana e floresta tropical. Embora a maior parte das terras foi reconhecida oficialmente em 1996, uma área crucial chamado “Rio Preto”, no qual os índios se reúnem todo ano para pescar, ficou de fora. Os índios temem que as barragens poluam a água e destruirá a pesca, da qual dependem totalmente uma vez que eles não comem carne vermelha. De acordo com a Survival, além da ameaça das hidrelétricas, a área está sendo invadida por fazendeiros.

A construção de usinas hidrelétricas tem crescido rapidamente no mundo atual. Somente o Banco Mundial está investindo 11 bilhões de dólares em 211 obras de hidroenergia. Utilizando exemplos da Ásia, da África e das Américas, o relatório da Survival, intitulado ‘Serious Damage’, expõe os custos não revelados sobre a obtenção de eletricidade ‘verde’ por meio de grandes usinas hidrelétricas. O impacto dessas obras em povos indígenas é profundo.

Centenas de indígenas no Brasil irão participar de um encontro esta semana para protestar contra a controversa usina de Belo Monte, que ameaça o território e o fornecimento de alimentos de várias tribos.

Além dos índios de Mato Grosso, a Survival relava a situação do povo Penan, em Sarawak, que será expulso para a construção de uma usina, e tribos na Etiópia poderiam ser forçadas a depender de auxílio alimentício caso uma usina em construção no famoso Rio Omo não seja interrompida. Um membro do povo Kwegu, do Vale do Rio Omo, contou: “Nossa terra se tornou ruim. Fecharam nosso acesso à água e passamos a conhecer a fome. Abram a barragem e deixem a água fluir.”



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

O primeiro relatório da ONU sobre o Estado dos Povos Indígenas do Mundo, de janeiro de 2010, apresentou estatísticas alarmantes. Em alguns países, povos indígenas estão 600 vezes mais vulneráveis a contraírem tuberculose em relação ao resto da população. Em outros, uma criança indígena tem a expectativa de vida 20 anos menor do que seus compatriotas não-indígenas”, disse Ban Ki-Moon, secretário-geral da ONU.

Segundo a Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Navi Pillay, existem motivos para celebrar o progresso alcançado ao tornar os direitos humanos uma realidade para os povos indígenas. Ela destacou que o Dia Internacional dos Povos Indígenas também é uma ocasião para lembrar que “não há espaço” para a complacência. “As constantes violações dos direitos dos povos indígenas, em todas as regiões do mundo, merecem nossa atenção e acção máximas” – frisou.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?tipo=ler&mat=337698>

08/08/2010 - 20h26

Exames de próstata triplicam no país, diz Ministério da Saúde

Redação 24 Horas News

Os homens brasileiros estão se cuidando mais para prevenir o câncer. Segundo dados do Ministério da Saúde, entre 2003 e 2009 triplicou o número de testes para detectar uma atividade anormal da próstata. Passou de 1 milhão para 3 milhões o número de PSA, exame que verifica a dosagem do Antígeno Prostático Específico, proteína importante para a exclusão de possíveis tumores malignos na próstata.

Os dados do ministério mostram ainda que em sete anos a quantidade de vasectomias realizadas pelo SUS cresceu 79%. O número de cirurgias saltou de 19.103, em 2003, para 34.144, em 2009, quando foi registrado também aumento de 148% do valor pago por procedimentos ambulatoriais (de R\$ 123,18 para R\$ 306,47) e de 20% do valor por operação feita com internação (de R\$ 255,39 para R\$ 306,47).

A Política Nacional de Saúde do Homem completa um ano neste mês. O Brasil foi pioneiro na América Latina na implementação de uma política pública de saúde específica para os homens. Até agora, 70 municípios, incluindo todas as capitais, aderiram às medidas. O governo federal repassa a cada município R\$ 75 mil para o financiamento de ações e serviços relacionados à saúde do homem.

A criação de uma política de saúde exclusiva para o público masculino deve-se ao fato de que os homens têm hábitos menos saudáveis do que as mulheres. Segundo a pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), de 2009, 18% dos homens não praticam qualquer atividade física e 43% comem mais carne com excesso de gordura. Esse hábito é responsável por 18% das doenças cardiovasculares e 56% das doenças isquêmicas do coração, que são a primeira causa de morte entre os homens.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Segundo a nutricionista da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Mariane Martins, além da alimentação errada, com poucas frutas e verduras e excesso de carne vermelha, o homem também consome mais álcool do que as mulheres, o que contribui com o ganho calórico.

“Tem sido verificado um aumento do sobrepeso nos homens, casos mais frequentes de obesidade e o aumento da circunferência abdominal, que é um fator de risco de problemas cardíacos”, afirmou Mariane.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=337677>

08/08/2010 - 22h48

Parteiras fazem encontro para discutir inclusão do parto domiciliar no SUS

Redação 24 Horas News

Parteiras tradicionais, profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), representantes de organizações não governamentais e gestores públicos de vários estados discutem nesta semana em Brasília a política de inclusão no SUS do parto domiciliar assistido por parteiras. O encontro começa amanhã (9) e vai até sexta-feira (13).

Segundo Paula Viana, coordenadora do Grupo Curumim, que desenvolve o programa Parteiras Tradicionais, o encontro busca o reconhecimento das parteiras como trabalhadoras da saúde.

“Existe discriminação e preconceito com as parteiras. Elas não são reconhecidas como profissionais da saúde. Por isso, ainda hoje, não se consegue implantar uma política de inclusão do parto domiciliar no SUS”, afirmou.

De acordo com a coordenadora, o número de partos feitos anualmente por parteiras pode ser maior do que os 40 mil apontados pelo Ministério da Saúde. “Como não existem dados concretos sobre a quantidade de parteiras no país, também não há números concretos em relação ao número de partos”.

Paula Viana disse que é fundamental a integração entre a profissional parteira e os serviços de saúde para que haja redução da mortalidade materna e neonatal. “Por essa razão, entre os objetivos do encontro nacional está a elaboração de um plano de ação para orientar gestores públicos sobre o passo a passo da implantação dessa política nos municípios mais afastados”, acrescentou.

O Encontro Nacional Parteiras Tradicionais: Inclusão e Melhoria da Qualidade da Assistência ao Parto Domiciliar no SUS é promovido pelo Grupo Curumim (PE) em parceria com o Ministério da Saúde e o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=337679>



06/08/2010 - 23h59

Anvisa tem prazo de 90 dias para analisar Engov e Metiocolin

G1

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem até 90 dias para apresentar os resultados de análise sobre os medicamentos Engov e Metiocolin, vendidos como hepatoprotetores. Caso o órgão não respeite o prazo, que começou a contar a partir do dia 30 de julho, uma multa diária de R\$ 1 mil será aplicada.

A decisão da juíza federal substituta Fernanda Soraia Pacheco Costa, da 23ª Vara Federal Cível se baseia no princípio de que o consumidor tem direito à proteção da saúde e à informação clara sobre os produtos.

É uma alusão à ação civil pública de autoria do Ministério Público Federal (MPF), pela qual os medicamentos Engov, Xantinon e Metiocolin não seriam hepatoprotetores como dizem ser e deveriam ser proibidos pela Anvisa por propaganda enganosa.

Segunda a sentença, há quatro anos os fabricantes não adequaram os produtos às necessidades de consumo, sem que a Anvisa, ré na ação, tenha tomado medidas contra a comercialização.

O fabricante do medicamento Xantinon, depois de ter as atividades suspensas, está atualmente em dia com as normas técnicas para o comércio do produto.

Caso a Anvisa verifique que os remédios não atendem às qualidades anunciadas ao consumidor, o comércio de Engov e Metiocolin deverá ser suspenso por 180 dias. Se os fabricantes não cumprirem as normas de vigilância sanitária, a venda será proibida por ato normativo.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=337541>

[Início](#)

AUTORIZAÇÃO

Justiça autoriza genérico do remédio contra o colesterol mais vendido do mundo

Da Agência Estado

09/08/2010 11:24

O laboratório EMS, maior fabricante nacional de medicamentos, conseguiu na última sexta (6) uma decisão judicial que a autoriza a produzir e a vender no Brasil um



genérico no mínimo 35% mais barato do Lípitor, droga para redução do colesterol da gigante farmacêutica norte-americana Pfizer e o remédio mais vendido no mundo.

O preço médio da caixa com 30 comprimidos do Lípitor (atorvastatina) nas farmácias brasileiras varia hoje entre R\$ 90 e R\$ 200, dependendo da concentração, e a EMS já promete colocar sua cópia mais barata nas prateleiras em dez dias. No entanto, como a decisão judicial é uma liminar (despacho anterior ao fim do processo) e pode ser derrubada rapidamente pela Pfizer, não é possível ter certeza de quando realmente o genérico chegará ao consumidor.

Procurada, a Pfizer informou que "só poderá se manifestar após tomar conhecimento do total conteúdo da liminar". A multinacional norte-americana havia anteriormente conseguido, também por via judicial, estender a patente (direito de ser o único fabricante da droga) do Lípitor até 28 de dezembro deste ano, no Brasil e nos Estados Unidos.

A primeira patente do medicamento foi depositada nos EUA em 1989. Como sua validade é de 20 anos, a proteção deveria expirar em 2009. A Pfizer conseguiu nos EUA, porém, uma revalidação usando como argumento outra patente registrada mais tarde, estendendo o prazo para dezembro de 2010.

No Brasil, o Inpi (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual) entendeu que o prazo de 2009 deveria ser mantido, mas a Pfizer conseguiu na Justiça que a mesma regra americana fosse aplicada aqui.

O INPI recorreu, mas a ação ainda não foi julgada. Na decisão favorável à EMS, porém, o desembargador André Fontes, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região do Rio, disse que a segunda patente é uma "continuação" da original.

– Correto, assim, o termo final da vigência da patente fixada pelo INPI.

<http://www.circuitomt.com.br/home/materia/44618>

[Início](#)

SAÚDE

Anti-inflamatório comum pode causar lesões no intestino

IARA BIDERMAN da Folha.Com (Folha Online)/Folha de S. Paulo

09/08/2010 10:16

Além dos conhecidos efeitos no estômago e duodeno, os anti-inflamatórios não hormonais convencionais causam um estrago significativo no intestino, que costuma passar despercebido por médicos e pacientes.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

O maior estudo controlado já realizado sobre a ação de anti-inflamatórios no aparelho digestivo traz uma avaliação sistemática dos efeitos do remédio tanto na parte alta do trato gastrointestinal quanto no intestino.

O estudo, denominado Condor, envolveu cerca de 4.500 pessoas de 32 países, incluindo o Brasil. Os resultados foram publicados no periódico "The Lancet".

"Os médicos ficam mais voltados para os efeitos no estômago e no duodeno, mais sintomáticos. No intestino, as lesões podem não dar sinais, mas causar perda de sangue oculto nas fezes, o que pode levar à anemia", diz o reumatologista Milton Helfenstein Jr, da Unifesp.

Em alguns casos, o remédio pode causar dores abdominais e diarreia.

Para o gastroenterologista Décio Chinzon, da USP, o estudo mostra que problemas no intestino, embora menos comuns, são importantes e devem ser investigados.

Segundo o médico, as estratégias para proteção estomacal não podem ser aplicadas às lesões intestinais.

PROTEÇÃO GÁSTRICA

Soluções como tomar leite e sal de frutas não adiantam, de acordo com Helfenstein. "O efeito do anti-inflamatório convencional é sistêmico. Ele inibe a produção de uma substância que protege a mucosa do estômago."

Isso acontece basicamente com os anti-inflamatórios não hormonais chamados não seletivos. Eles agem bloqueando duas enzimas: a COX 2, responsável pela inflamação, e a COX 1, produzida naturalmente pelo corpo e relacionada à proteção da mucosa gastrointestinal.

Para diminuir o estrago, seu uso é associado a inibidores da secreção ácida, o que significa incluir mais um remédio, para tratar dos efeitos do primeiro.

Nos anti-inflamatórios que inibem só a enzima COX 2, os efeitos gastrointestinais são bem menores, como mostrou o estudo Condor. A pesquisa foi patrocinada por uma empresa que fabrica esse tipo de anti-inflamatório.

No entanto, inibidores da COX 2 são questionados por possíveis efeitos cardiovasculares, como infarto e AVC.

Outros trabalhos apontaram esse risco, mas os resultados ainda são controversos, segundo o cardiologista Antônio Carlos Chagas, da USP.

<http://www.circuitomt.com.br/home/materia/44612>

[Início](#)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

QUEDA

Consumo de sibutramina despensa após restrições

CLÁUDIA COLLUCCI da Folha.Com (Folha Online)

07/08/2010 11:45

As vendas de inibidores de apetite com sibutramina caíram 60% neste ano, quando passaram a ser controladas. Até então, a droga era a mais usada para perder peso.

Para comprá-la, é preciso a receita azul, numerada e emitida pela Vigilância Sanitária de cada região -antes, bastava a branca. O remédio passou a ter tarja preta.

O objetivo da mudança era diminuir o consumo do emagrecedor que, segundo estudos, aumenta em 16% o risco cardiovascular não fatal.

A pedido da Folha, o instituto IMS Health do Brasil, consultoria especializada no mercado farmacêutico, levantou as vendas de sibutramina nos primeiros semestres de 2009 e deste ano.

Entre abril e junho deste ano, houve queda de 60,19% (de 1.628.350 unidades para 648.243) em relação ao mesmo trimestre do ano passado. No Brasil, 22 laboratórios comercializam a droga, sob os nomes de Reductil, Plenty, Sacciet, Biomag, Vazy, Slenfig e Sibutran, entre outros.

Para Dirceu Raposo de Mello, presidente da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), a queda nas vendas demonstra que havia um exagero na indicação. "Muito do que era prescrito não era necessário."

O médico Marcio Mancini, presidente do Departamento de Obesidade da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Síndrome Metabólica, discorda de que havia consumo exagerado. Ele diz que a maioria dos obesos ainda não é tratada e atribui a queda ao aumento da burocracia para a compra do remédio.

Na opinião dele, médicos que prescreviam a sibutramina ocasionalmente (como ginecologistas e cardiologistas) deixaram de fazê-lo em razão das dificuldades para conseguir o receituário azul.

"É preciso ir até a Secretaria da Saúde, pegar a numeração, mandar fazer os bloquinhos na gráfica. É muito trabalho", conta.

DEPENDÊNCIA

O fato de alguns municípios, como São Paulo, terem vetado o uso da sibutramina na rede pública também teve reflexo nas vendas.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

"A inserção da sibutramina na lista de medicamentos que causam dependência foi um equívoco. Muitas pessoas que precisam emagrecer não serão tratadas ou serão medicadas com drogas menos eficazes", afirma Mancini.

Para Rosana Radominski, presidente da Abeso (associação para estudo da obesidade), muitas pessoas se assustaram com a inclusão da droga entre as que causam dependência e interromperam o uso por conta própria.

"A sibutramina não causa dependência. É segura quando bem indicada. Pacientes que estavam se dando bem com a droga, perdendo peso, não querem mais usá-la."

Para o clínico-geral Pieter Cohen, professor na Escola de Medicina de Harvard, controlar a venda de sibutramina foi uma "excelente" medida do governo brasileiro. "Para muitos pacientes, não está muito claro se os benefícios superam os riscos."

Cohen, pesquisador sobre pílulas de emagrecimento vendidas pela internet, diz que o governo deve dar atenção à venda virtual. "Espero que os brasileiros não passem a comprar sibutramina em outros países, pela internet, já que agora não está tão fácil obtê-la no Brasil."

<http://www.circuitomt.com.br/home/materia/44591>

[Início](#)

ATERROS SANITÁRIOS

98% das cidades jogam lixo em áreas irregulares

Josana Salles - Do Jornal A Gazeta (manchete dia 09 de agosto de 2010)

09/08/2010 07:15

Dos 141 municípios mato-grossenses, apenas 12 já tiveram licença de operação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) para manter aterros sanitários na forma de valas sépticas mas 8 deles estão com as licenças vencidas. São eles: Barra do Garças, Cotriguaçu, Cuiabá, Denise, Diamantino, Jauru, Matupá, Tangará da Serra. Apenas Colíder, Sorriso e Campo Verde estão licenciados. Outros 34 municípios chegaram a fazer consultas junto ao órgão ambiental mas a realidade é que 95 cidades de pequeno e médio porte jogam lixo em qualquer lugar, muitas vezes próximos de mananciais de água.

A coordenadora de Gestão de Recursos Sólidos da Sema, Solange Fátima de Oliveira Cruz aponta como um dos grandes entraves a falta de pessoal capacitado e recursos para a gestão dos aterros sanitários, bem como falta de aparato técnico para a escolha correta das áreas. "A maioria das áreas apresentadas durante o processo de licenciamento é inadequada para receber os resíduos. Além disso, o gerenciamento não é feito de forma correta podendo criar problemas de saúde na população como a dengue, por exemplo".

Nos 12 municípios que já possuem aterro, com exceção de Cuiabá, todos acondicionam o lixo em valas sépticas que vão sendo abertas conforme a necessidade. Solange ressalta



Saúde em Foco



que a abertura de muitas valas pode também agravar problemas.

Regularizar aterros sanitários para abrigar resíduos de pequenos municípios não é considerado algo tão complicado. O Brasil tem 5.565 municípios sendo que 4.605 tem menos de 20 mil habitantes e 273 tem mais de 100 mil habitantes e por isso precisam obedecer as normas mais rígidas no licenciamento, como apresentação e Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Em Mato Grosso, dos 141 municípios, 43 tem até 5 mil habitantes e produz uma média de 2 toneladas de lixo por dia. Outros 116 municípios (82,3%) possuem cerca de 20 mil habitantes.

Para o professor de engenharia Sanitária da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Paulo Modesto, o problema é de pequena magnitude e teoricamente fácil de resolver. Envolvido com a produção de estudos para projetos de vários aterros sanitários, inclusive o de Cuiabá, Paulo aponta que para a escolha de uma área para aterro devem ser levados em consideração o meio físico (solo, água e ar), meio biótico (fauna e flora) e o volume e constituição dos resíduos a serem depositados.

No caso do solo, Modesto explica que o ideal é que seja um solo de baixa permeabilidade (10 a menos 6 centímetros por segundo) para evitar a contaminação das águas subterrâneas. Mesmo assim, os órgãos ambientais exigem a instalação de mantas plásticas (poliuretano de alta densidade) em toda a área como fator de segurança para não comprometer as águas subterrâneas.

Outra questão a ser considerada é o nível do lençol freático. O professor explica que ao estudar uma área é preciso fazer medições na época das chuvas para saber se a água aflora no período chuvoso podendo contaminar se houver lixo na área. "Teoricamente, o fundo do aterro tem que estar no mínimo a 2 metros do nível do lençol mesmo na época de chuva", diz.

O terceiro fator é a disponibilidade do solo para cobertura dos resíduos, no caso cerca de 25% da área será usada para este fim. A distância dos recursos hídricos é outro fator preponderante na escolha das áreas para aterro seja de pequeno, médio ou grande porte.

Até janeiro de 2010, a lei estadual número 38 de 1995 exigia, no seu artigo 80, uma distância de mais de 300 metros dos cursos de água. No entanto, uma lei complementar de número 384 deste ano aprovada pela Assembleia Legislativa modificou o artigo e reduziu a distância para 200 metros. Os aterros também devem ficar distantes dos aeródromos num raio de 20 km quando for operado com instrumentos e 13 metros sem instrumentos. No caso da escolha das áreas para abrigar o novo aterro sanitário para Cuiabá, a Sema exigiu parecer da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta).

No caso dos municípios menores que possuem aterros apenas com valas sépticas, o professor Modesto alerta para a impermeabilidade das valas levando em consideração que Mato Grosso chove uma média de 1.500 milímetros por ano em apenas 3 meses. "Se ainda na fase de concepção do projeto não houver uma preocupação em proteger essas valas, o lixo vai boiar e se esparramar, além dos riscos de contaminação do lençol freático".



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Ainda este ano deve ser discutido pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) novos critérios para aterros sanitários nos municípios de pequeno porte, entre 20 a 30 mil habitantes e uma produção de cerca de 20 mil toneladas de lixo por dia.

Cuiabá - Ainda que esteja com falhas graves na coleta de lixo de Cuiabá, os resíduos domésticos estão sendo depositados numa área anexa ao aterro sanitário localizado na localidade chamada Sítio do Quilombo, estrada da Letícia, em direção ao Coxipó do Ouro (Km 7) e que foi liberada em caráter de emergência por um período de 6 meses até que seja definida uma nova área. O aterro que funcionou por mais de 10 anos mantém enterrado mais de 2 milhões de toneladas de lixo. Foi projetado para tratar o chorume e produzir gás para gerar energia. Nada disso funcionou e no ano passado amostragens das águas subterrâneas demonstraram a contaminação por chorume. A informação foi repassada por funcionários que trabalhavam no local. Segundo explica o professor Modesto, na primeira fase de implantação do aterro, em 1999, a lagoa de tratamento do chorume não foi impermeabilizada, o que causou a contaminação.

Segundo Paulo Modesto a escolha de áreas para o aterro sanitário de Cuiabá não é uma tarefa fácil, principalmente quanto aos aspectos mais relevantes do ponto de vista ambiental como, por exemplo, as condições físicas: distância de recursos hídricos e do lençol freático. "Cuiabá tem muitos córregos e 2 grandes rios, além de ter em muitas áreas um lençol freático que aflora na época de chuvas".

Outra preocupação é com a distância dos centros de massa popular e o tamanho da área. Desde 2008 que o consultor vem trabalhando nos estudos para localização de áreas adequadas para este fim mas, segundo ele, surgiram muitos problemas. Dentre mais de 9 áreas estudadas e monitoradas com toda a tecnologia disponível, 3 estão mais próximas de atenderem as normas mais relevantes consideradas pela Sema e Ministério Público. A primeira é contígua ao atual aterro, fica distante 19.1 km de aeródromo, tem cerca de 20 hectares mas tem problemas fundiários. A segunda área é próxima a um aterro sanitário industrial particular no bairro Pedra 90, fica distante 19.2 Km de aeródromo e tem cerca de 56 hectares. A terceira área é próximo ao Coxipó do Ouro, fica distante 24.5 Km de aeródromo e tem 101 hectares, o que garantiria o aterro por 20 anos.

Nas duas últimas áreas já existe aprovação da Anac e Cindacta. Outro problema de Cuiabá é que a Prefeitura não tem áreas públicas, em todos os casos será preciso de recursos para a compra da área. Segundo explicou o secretário municipal de Meio Ambiente, Arquimedes Pereira Neto, a prefeitura está em busca de recursos para financiar os estudos do EIA/RIMA e deve entregar até o final do ano.

<http://www.circuitomt.com.br/home/materia/44595>

ATERROS SANITÁRIOS

98% das cidades jogam lixo em áreas irregulares



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Apenas 3 municípios de Mato Grosso têm licença com validade na Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Josana Salles

Da Redação

Dos 141 municípios mato-grossenses, apenas 12 já tiveram licença de operação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) para manter aterros sanitários na forma de valas sépticas mas 8 deles estão com as licenças vencidas. São eles: Barra do Garças, Cotriguaçu, Cuiabá, Denise, Diamantino, Jauru, Matupá, Tangará da Serra. Apenas Colíder, Sorriso e Campo Verde estão licenciados. Outros 34 municípios chegaram a fazer consultas junto ao órgão ambiental mas a realidade é que 95 cidades de pequeno e médio porte jogam lixo em qualquer lugar, muitas vezes próximos de mananciais de água.



Maioria esmagadora nunca consultou órgãos ambientais sobre destinação dos resíduos sólidos

A coordenadora de Gestão de Recursos Sólidos da Sema, Solange Fátima de Oliveira Cruz aponta como um dos grandes entraves a falta de pessoal capacitado e recursos para a gestão dos aterros sanitários, bem como falta de aparato técnico para a escolha correta das áreas. "A maioria das áreas apresentadas durante o processo de licenciamento é inadequada para receber os resíduos. Além disso, o gerenciamento não é feito de forma correta podendo criar problemas de saúde na população como a dengue, por exemplo".

Nos 12 municípios que já possuem aterro, com exceção de Cuiabá, todos acondicionam o lixo em valas sépticas que vão sendo abertas conforme a necessidade. Solange ressalta que a abertura de muitas valas pode também agravar problemas.

Regularizar aterros sanitários para abrigar resíduos de pequenos municípios não é considerado algo tão complicado. O Brasil tem 5.565 municípios sendo que 4.605 tem menos de 20 mil habitantes e 273 tem mais de 100 mil habitantes e por isso precisam obedecer as normas mais rígidas no licenciamento, como apresentação e Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Em Mato Grosso, dos 141 municípios, 43 tem até 5 mil habitantes e



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

produz uma média de 2 toneladas de lixo por dia. Outros 116 municípios (82,3%) possuem cerca de 20 mil habitantes.

Para o professor de engenharia Sanitária da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Paulo Modesto, o problema é de pequena magnitude e teoricamente fácil de resolver. Envolvido com a produção de estudos para projetos de vários aterros sanitários, inclusive o de Cuiabá, Paulo aponta que para a escolha de uma área para aterro devem ser levados em consideração o meio físico (solo, água e ar), meio biótico (fauna e flora) e o volume e constituição dos resíduos a serem depositados.

No caso do solo, Modesto explica que o ideal é que seja um solo de baixa permeabilidade (10 a menos 6 centímetros por segundo) para evitar a contaminação das águas subterrâneas. Mesmo assim, os órgãos ambientais exigem a instalação de mantas plásticas (poliuretano de alta densidade) em toda a área como fator de segurança para não comprometer as águas subterrâneas.

Outra questão a ser considerada é o nível do lençol freático. O professor explica que ao estudar uma área é preciso fazer medições na época das chuvas para saber se a água aflora no período chuvoso podendo contaminar se houver lixo na área. "Teoricamente, o fundo do aterro tem que estar no mínimo a 2 metros do nível do lençol mesmo na época de chuva", diz.

O terceiro fator é a disponibilidade do solo para cobertura dos resíduos, no caso cerca de 25% da área será usada para este fim. A distância dos recursos hídricos é outro fator preponderante na escolha das áreas para aterro seja de pequeno, médio ou grande porte.

Até janeiro de 2010, a lei estadual número 38 de 1995 exigia, no seu artigo 80, uma distância de mais de 300 metros dos cursos de água. No entanto, uma lei complementar de número 384 deste ano aprovada pela Assembleia Legislativa modificou o artigo e reduziu a distância para 200 metros. Os aterros também devem ficar distantes dos aeródromos num raio de 20 km quando for operado com instrumentos e 13 metros sem instrumentos. No caso da escolha das áreas para abrigar o novo aterro sanitário para Cuiabá, a Sema exigiu parecer da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta).

No caso dos municípios menores que possuem aterros apenas com valas sépticas, o professor Modesto alerta para a impermeabilidade das valas levando em consideração que Mato Grosso chove uma média de 1.500 milímetros por ano em apenas 3 meses. "Se ainda na



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

fase de concepção do projeto não houver uma preocupação em proteger essas valas, o lixo vai boiar e se esparramar, além dos riscos de contaminação do lençol freático".

Ainda este ano deve ser discutido pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) novos critérios para aterros sanitários nos municípios de pequeno porte, entre 20 a 30 mil habitantes e uma produção de cerca de 20 mil toneladas de lixo por dia.

Cuiabá - Ainda que esteja com falhas graves na coleta de lixo de Cuiabá, os resíduos domésticos estão sendo depositados numa área anexa ao aterro sanitário localizado na localidade chamada Sítio do Quilombo, estrada da Letícia, em direção ao Coxipó do Ouro (Km 7) e que foi liberada em caráter de emergência por um período de 6 meses até que seja definida uma nova área. O aterro que funcionou por mais de 10 anos mantém enterrado mais de 2 milhões de toneladas de lixo. Foi projetado para tratar o chorume e produzir gás para gerar energia. Nada disso funcionou e no ano passado amostragens das águas subterrâneas demonstraram a contaminação por chorume. A informação foi repassada por funcionários que trabalhavam no local. Segundo explica o professor Modesto, na primeira fase de implantação do aterro, em 1999, a lagoa de tratamento do chorume não foi impermeabilizada, o que causou a contaminação.

Segundo Paulo Modesto a escolha de áreas para o aterro sanitário de Cuiabá não é uma tarefa fácil, principalmente quanto aos aspectos mais relevantes do ponto de vista ambiental como, por exemplo, as condições físicas: distância de recursos hídricos e do lençol freático. "Cuiabá tem muitos córregos e 2 grandes rios, além de ter em muitas áreas um lençol freático que aflora na época de chuvas".

Outra preocupação é com a distância dos centros de massa popular e o tamanho da área. Desde 2008 que o consultor vem trabalhando nos estudos para localização de áreas adequadas para este fim mas, segundo ele, surgiram muitos problemas. Dentre mais de 9 áreas estudadas e monitoradas com toda a tecnologia disponível, 3 estão mais próximas de atenderem as normas mais relevantes consideradas pela Sema e Ministério Público. A primeira é contígua ao atual aterro, fica distante 19.1 km de aeródromo, tem cerca de 20 hectares mas tem problemas fundiários. A segunda área é próxima a um aterro sanitário industrial particular no bairro Pedra 90, fica distante 19.2 Km de aeródromo e tem cerca de 56 hectares. A terceira área é próximo ao Coxipó do Ouro, fica distante 24.5 Km de aeródromo e tem 101 hectares, o que garantiria o aterro por 20 anos.



Nas duas últimas áreas já existe aprovação da Anac e Cindacta. Outro problema de Cuiabá é que a Prefeitura não tem áreas públicas, em todos os casos será preciso de recursos para a compra da área. Segundo explicou o secretário municipal de Meio Ambiente, Arquimedes Pereira Neto, a prefeitura está em busca de recursos para financiar os estudos do EIA/RIMA e deve entregar até o final do ano.

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=266774&codcaderno=19&GED=6828&GEDDATA=2010-08-09&UGID=756d6165743c0752e5e9bf1f4a406407>

SAÚDE PÚBLICA

Sorriso informatiza o atendimento

Caroline Rodrigues

Da Redação

Um sistema informatizado, oferecido pela governo federal, fez com que o setor de saúde pública de Sorriso (420 km ao Norte de Cuiabá) conseguisse os melhores resultados do Estado. Segundo o secretário municipal de Saúde, Ednilson Oliveira, o programa oferece controle da aplicação dos recursos, acaba com as filas e reduz os gastos públicos.

Em Mato Grosso, o município é o único que aderiu à ferramenta, que é gratuita. Oliveira receberá um prêmio no Encontro Nacional de Secretários de Saúde porque está entre os 100 gestores mais eficientes do país. Ele diz que o sucesso está ligado a muito trabalho e controle do dinheiro. Os valores antes desperdiçados foram investidos em ações de saúde preventiva e também na valorização dos funcionários. O secretário relata que por meio do sistema, as pessoas não ficam mais nas filas. Elas podem procurar o posto de saúde a qualquer hora e já saem com um papel, contendo o horário da consulta, bem como o local. O documento também tem uma senha e o médico preenche os números no sistema, via internet, para que seja controlada a produtividade dos profissionais.

Pelo computador, os gestores podem também verificar a qualidade do atendimento e a quantidade de encaminhamentos feitos por mês. Oliveira argumenta que antes, alguns médicos eram chamados de "ao, ao". O tratamento dele resumia-se em encaminhar ao especialista.



Agora, quando o número extrapola a quantia considerada aceitável, ele é chamado para prestar esclarecimento.

Outra forma de controlar os gastos foi a publicação dos protocolos municipais de atendimento, tanto para exames, quanto prescrição de medicamentos. Os remédios indicados devem estar disponíveis nos postos. Qualquer prescrição fora do rol, precisa de justificativa. O controle também é importante para o tratamento, pois em qualquer unidade, os trabalhadores podem saber o histórico médico do paciente pela internet, com ajuda de qualquer documento.

Conduta - Representantes das indústrias de medicamentos foram proibidos de entrar nas unidades de saúde pública e entregarem qualquer tipo de amostra tanto para médicos quanto para pacientes. Segundo Oliveira, eles induziam a utilização dos produtos e pagavam porcentagem aos médicos, por isto todo material que estava nos postos e policlínicas foram retirados.

Vizinhos - Como Sorriso tornou-se referência em Saúde Pública, pessoas dos municípios vizinhos começaram a buscar atendimento na cidade. Para que a situação não sair do controle, o secretário vai até os gestores do local onde moram os pacientes e negocia o repasse de recursos ou prestação de serviço.

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=266775&codcaderno=19&GED=6828&GEDDATA=2010-08-09&UGID=be15d7018f386a62ee3e97d051de0e9d>

Adoce com moderação

Ele está no refrigerante, chocolate, bolo, café, doces e muitos outros alimentos. Não se pode negar: o adoçante é popular e há tempos deixou de ser usado só por quem não pode consumir açúcar. Mas atenção: é preciso ter cuidado. Estudos de nutricionistas afirmam que o uso exagerado do produto pode causar problemas para a saúde e até prejudicar quem pretende emagrecer.

Segundo a nutricionista Maria Eduardo Ourivio, o adoçante age 'enganando' o corpo. A profissional explica que a substância induz a liberação de insulina no organismo por meio do pâncreas e o corpo reage como se estivesse recebendo



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

um alimento rico em açúcares.

MAIS VONTADE DE COMER

“Já que não é açúcar de verdade, pode ocorrer uma hipoglicemia de rebote. Ou seja, a pessoa sente cada vez mais vontade de comer alimentos ricos em carboidratos. Isso se torna um ciclo vicioso em pessoas com alimentação restrita a alimentos diet e pode até atrapalhar a dieta”, diz Ourivio.

A nutricionista ressalta que é preciso moderar o consumo do produto. Em excesso, o adoçante pode causar problemas gastrointestinais, mal estar, vermelhidão no corpo e dores de cabeça.

“Alguns estudos apontam câncer de bexiga como possível efeito do uso de adoçantes, mas não é comprovado. O que sabemos é que não adianta colocar adoçante em tudo o que se consome, pois ao final do dia a pessoa estará mal-humorada e com fome”, diz.

A endocrinologista Thalita Bittas pondera e afirma que o adoçante ainda é um dos melhores aliados para quem quer emagrecer. “O ideal, na verdade, é aproveitar os próprios doces das frutas, os sabores naturais. Se o objetivo é a perda de peso, não adianta continuar consumindo açúcar refinado. Quem para de usar o açúcar pode reduzir a ingestão calórica em cerca de 350 calorias por dia”, afirma Bittas.

Maria Eduarda lembra que para que a perda de peso seja eficiente, o ideal é investir em uma dieta rotativa, na qual todos os grupos de alimentos estejam presentes em quantidades controladas. “É preciso refeições balanceadas com proteínas, saladas e carboidratos. E sempre associar a dieta à prática de exercícios físicos.”

Fonte: www.portaldoconsumidor.gov.br

<http://www.brasilsus.com.br/noticias/9-principais/104952-adoce-com-moderacao-.html>

[Primeiro caso de hepatite E descoberto no Brasil não é](#)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

motivo de preocupação, diz pesquisador

Notícias - Nacionais

Seg, 09 de Agosto de 2010 00:00

O virologista e pesquisador da [Fundação Oswaldo Cruz](#) (Fiocruz) Marcelo Alves Pinto afirmou sexta-feira (6) que, por enquanto, o primeiro caso de vírus da hepatite E descoberto no país não é motivo de preocupação. “A gente presume que a incidência desse tipo de hepatite seja baixa”, disse em entrevista ao programa Revista Brasil, da Rádio Nacional AM.

Os pesquisadores responsáveis pela descoberta suspeitam que a doença tenha sido causada pela ingestão de carne suína. Eles perceberam semelhanças entre o sequenciamento genético do vírus encontrado e o de suínos criados no Brasil.

“Pelo histórico clínico do paciente, parece que o indivíduo fez ingestão de carne suína. Só que nós não tivemos acesso a amostras desse material, então, não pudemos detectar o genoma do vírus na carne consumida”, acrescentou o virologista, que coordenou o estudo.

Segundo Alves Pinto, não há diferenças clínicas entre a hepatite A, tipo mais comum da doença no Brasil, e a E. “As duas são consideradas de caráter benigno porque na maioria das vezes o indivíduo se cura e não deixa sequelas.”

Ambas são causadas pelo contato com o agente infeccioso por meio de água e alimentos, por isso, o virologista recomenda a higiene constante das mãos e de alimentos para consumo. Ele também alerta para o cuidado com o cozimento e a refrigeração dos produtos.

A descoberta do vírus é resultado da análise de 64 amostras sorológicas de pacientes com hepatite aguda sem agente causador conhecido. O material, selecionado pelo Laboratório de Hepatites Virais da Fiocruz, foi coletado entre 2004 e 2008. A ocorrência é de 2006 e refere-se a um morador do Rio de Janeiro.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

A pesquisa foi publicada na forma de artigo pelo periódico científico Journal of Clinical Virology, sob o título First Report of a Human Autochthonous Hepatitis E Virus Infection in Brazil. A hepatite é uma doença inflamatória que atinge o fígado e pode causar cirrose ou câncer.

Fonte: www.agenciabrasil.gov.br

<http://www.brasilsus.com.br/noticias/nacionais/104949-primeiro-caso-de-hepatite-e-descoberto-no-brasil-nao-e-motivo-de-preocupacao-diz-pesquisador.html>

Justiça goiana afasta Secretária Municipal de Saúde, por entender da sua desqualificação para o cargo.

Juiz de Corumbá de Goiás afasta vereadora de função administrativa da Secretaria de Saúde

Juiz de Corumbá de Goiás julga processo envolvendo prefeito e vereadora do município. O juiz de Corumbá de Goiás, Levine Raja Gabaglia Artiaga, determinou o retorno imediato da servidora Marli Pereira de Siqueira para a função de zeladora da Prefeitura Municipal, e ainda seu afastamento de qualquer função administrativa vinculada à Secretaria de Saúde. O magistrado ainda suspendeu os efeitos do ato referente a Portaria n.º 012 de 15/01/2009, bem como as delegações de funções realizadas pela secretária de Saúde Lívia Siqueira de Moraes até a sentença de mérito da ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP).

De acordo com o MP, o prefeito Emílio de Paiva Jacinto desviou ilícitamente a função da servidora municipal, que também é vereadora municipal, para a Secretaria Municipal de Saúde e concedeu poderes à Marli para encaminhar pacientes do município para Anápolis, fazendo usos eleitoreiros da função pública em detrimento a sociedade. Por esses motivos, o MP requereu a concessão da tutela antecipada para impedir a vereadora de atuar na área de assistência à saúde e retorná-la para a função de zeladora.

O juiz entendeu que os documentos trazidos no processo comprovam que a vereadora é ocupante do cargo público municipal de zeladora e não possui atribuições e nem conhecimento técnico ligados a área da saúde ou da administração hospitalar. E destacou que a única justificativa, conforme apontado pelo Presidente da Câmara Municipal, é a obtenção de vantagem eleitoral utilizando-se da máquina pública municipal. “Ainda, é grande a coincidência do fato do prefeito ser filiado ao Partido Verde (PV) e a servidora ser a única vereadora do Partido Verde (PV), bem como ser conhecida como Marlizinha da Saúde”, pontua Levine.

De acordo com o magistrado, o prefeito usou a administração pública para conferir



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

poderes em favor da servidora/vereadora “com a nítida intenção de promover o favorecimento político e eleitoral, conduta inclusive vedada pela Legislação Eleitoral”. Levine ainda apontou o evidente desvio da função pública de zeladora da vereadora Marli, causando prejuízo a melhor prestação do serviço público em face ao desvio de atribuição, que por si só “causa cristalina ilegalidade ao ato administrativo”. Para antecipar os efeitos da tutela, o juiz verificou os requisitos do *fumus boni iuris* (fumaça do bom direito) ou mesmo da verossimilhança e o *periculum in mora* (perigo da demora), em face a persistência da prática do ato administrativo lesivo.

Fonte: TJ/GO, 06/08/2010 e LEGISUS.

<http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2628>

Ex-secretária de saúde em Tocantins também é responsabilizada por fraude em AIH de hospital municipal.

O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou a ex-secretária de Saúde de Peixe (TO) Antônia Cordeiro dos Santos e o ex-diretor clínico do Hospital de Peixe (TO) Nilo Roberto Vieira a devolver o valor atualizado de R\$ 85.006,53, aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), por irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao todo foram montados 60 processos de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) falsos, vinculados à Secretaria de Saúde naquele município.

Os responsáveis ainda terão de pagar multa individual de R\$ 4 mil ao Tesouro Nacional. O ministro Valmir Campelo foi o relator do processo. Cabe recurso da decisão. Cópia da decisão foi encaminhada à Procuradoria da República no Estado do Tocantins.

[Clique aqui e leia a íntegra da decisão.](#)

Fonte: TCU, 03/08/2010 e LEGISUS.

<http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2629>

Judiciário de Natal deverá apreciar a integralidade de denúncia do MP para averiguar contratação sem licitação na área de saúde.

Licitação na saúde municipal volta a julgamento

A Procuradoria de Justiça moveu o recurso de Apelação Cível (nº 2010.004659-5) e o Tribunal



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

de Justiça do Rio Grande do Norte deu provimento ao apelo, movido contra o município de Natal e uma empresa prestadora de serviços médicos.

A Ação Civil Pública do MP é relacionada a um procedimento administrativo para averiguar a contratação, sem licitação, da empresa DBDL Serviços Médicos Ltda, no montante de R\$ 251 mil mensais, enquanto era prestado, anteriormente, o mesmo serviço, ao preço de R\$ 39 mil por mês.

A Ação, que também envolve os nomes de Enildo Alves e Flávio Costa de Góis – ligados ao contrato, verificou que a relação contratual anterior, firmada com a empresa "Trade-Rio, Participações, Serviços e Administração Ltda" foi rescindida unilateralmente pela Secretaria Municipal de Saúde, sob a alegação de que obrigações estavam sendo descumpridas.

Nas razões recursais, o MP pede a nulidade do julgamento inicial porque o juiz de 1º grau desconsiderou o pedido de produção de provas e foi contra também o julgamento antecipado da lide, antes mesmo que a relação processual fosse efetivamente concretizada, pois se deu sem a citação de todas as partes, entre outros itens.

A decisão no TJRN considerou que, mesmo que o MP não tivesse expressamente requerido a produção de provas, a postulação pela ampla produção de prova, no direito processual civil moderno (art. 130), prevalece, já que, havendo meios de se buscar a justiça e a verdade, o julgador deve fazê-lo, ainda que a parte não tenha tomado tal iniciativa.

Dessa forma, a sentença, de acordo com a 3ª Câmara Cível do TJRN, deve ser anulada para que seja realizada a instrução probatória, a determinação da produção da prova testemunhal, documental e pericial requerida pelo Ministério Público, sob pena de não se alcançar uma prestação jurisdicional justa e efetiva e, em consequência, determinar o retorno dos presentes autos ao Juízo de origem.

(*) No próximo dia 13 estaremos discutindo os cuidados na contratação direta sem licitação. Acesse www.sabersus.com.br

Fonte: TJ/RN, 04/08/2010 e LEGISUS.

<http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2630>

Exames de próstata triplicam no país, diz Ministério da Saúde.

Brasília - Os homens brasileiros estão se cuidando mais para prevenir o câncer.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Segundo dados do Ministério da Saúde, entre 2003 e 2009 triplicou o número de testes para detectar uma atividade anormal da próstata. Passou de 1 milhão para 3 milhões o número de PSA, exame que verifica a dosagem do Antígeno Prostático Específico, proteína importante para a exclusão de possíveis tumores malignos na próstata.

Os dados do ministério mostram ainda que em sete anos a quantidade de vasectomias realizadas pelo SUS cresceu 79%. O número de cirurgias saltou de 19.103, em 2003, para 34.144, em 2009, quando foi registrado também aumento de 148% do valor pago por procedimentos ambulatoriais (de R\$ 123,18 para R\$ 306,47) e de 20% do valor por operação feita com internação (de R\$ 255,39 para R\$ 306,47).

A Política Nacional de Saúde do Homem completa um ano neste mês. O Brasil foi pioneiro na América Latina na implementação de uma política pública de saúde específica para os homens. Até agora, 70 municípios, incluindo todas as capitais, aderiram às medidas. O governo federal repassa a cada município R\$ 75 mil para o financiamento de ações e serviços relacionados à saúde do homem.

A criação de uma política de saúde exclusiva para o público masculino deve-se ao fato de que os homens têm hábitos menos saudáveis do que as mulheres. Segundo a pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), de 2009, 18% dos homens não praticam qualquer atividade física e 43% comem mais carne com excesso de gordura. Esse hábito é responsável por 18% das doenças cardiovasculares e 56% das doenças isquêmicas do coração, que são a primeira causa de morte entre os homens.

Segundo a nutricionista da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Mariane Martins, além da alimentação errada, com poucas frutas e verduras e excesso de carne vermelha, o homem também consome mais álcool do que as mulheres, o que contribui com o ganho calórico.

“Tem sido verificado um aumento do sobrepeso nos homens, casos mais frequentes de obesidade e o aumento da circunferência abdominal, que é um fator de risco de problemas cardíacos”, afirmou Mariane.

Fonte: Agência Brasil, 08/08/2010.

<http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2631>

Lei Antifumo paulista completa um ano de vigência com adesão maciça do comércio.

São Paulo – Polêmica ao ser implantada há um ano, a Lei Antifumo de São Paulo, que estipula a proibição do fumo em locais fechados ou cobertos, é considerada um sucesso pelo governo estadual e, no geral, respeitada pelos paulistas. A adesão do comércio foi praticamente total.

Um balanço divulgado nesta semana pela Secretaria de Estado da Saúde aponta que 99,7% dos estabelecimentos vistoriados em um ano cumpriram a legislação. Das mais



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

de 360 mil visitas realizadas até 31 de junho, só 822 (0,22%) resultaram em multa.

De todos os estabelecimentos multados, sete reincidiram no descumprimento da lei. Apenas um, na cidade de Mogi das Cruzes, acabou interditado por 48 horas por infringir a lei por três vezes.

Para o governador de São Paulo, Alberto Goldman, o baixo número de infrações mostra a aprovação da lei pela sociedade. Em evento promovido ontem (6), para comemoração do primeiro aniversário da lei, ele enfatizou o sucesso da iniciativa.

“Tinha certeza que pegaria. A lei é um espelho do bom-senso”, disse Goldman, em discurso no Hospital do Coração (HCor), na cidade de São Paulo. “Não é necessária uma repressão dos órgãos de fiscalização porque a sociedade foi criando uma consciência sobre o assunto.”

O secretário estadual de Saúde, Nilson Ferraz Paschoa, disse que a lei trouxe benefícios a toda a população. Ele citou uma pesquisa feita pelo próprio HCor, em 700 estabelecimentos do estado. Após a lei, os níveis de monóxido de carbono caíram até 73,5%.

“A lei protege os não fumantes, os garçons e outros trabalhadores, ajuda a informar os jovens e ajuda até os fumantes que querem largar o vício”, afirmou. “O tempo de vigência é curto, mas tenho certeza que estudos mostrarão melhorias na saúde da população.”

Edição: Lana Cristina

Fonte: Agência Brasil, 07/08/2010.

<http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2632>

Saúde

09/08/2010 | 10h40m Gravidez até seis meses após aborto é segura, afirma estudo





CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Mulheres que sofrem um aborto espontâneo não precisam esperar muito para tentar uma nova gravidez.

Segundo um novo estudo, quem engravida num período de seis meses após a perda do primeiro bebê tem menos risco de sofrer outro aborto ou de ter gravidez fora do útero (ectópica), em relação às mulheres que esperam entre seis e doze meses.

Quando o intervalo é mais curto, os riscos de cesariana ou de nascimento prematuro também são menores.

O estudo, feito na Universidade de Aberdeen, na Escócia, avaliou os dados de mais de 30 mil pacientes entre 1981 e 2000 e foi publicado no "British Medical Journal".

"Isso já se observa na prática. Quando o aborto acontece muito cedo, não há necessidade de esperar", afirma Nilson de Melo, presidente da Febrasgo (Federação das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia).

No entanto, se a mulher chega a dar à luz, é preciso esperar cerca de 12 meses para que haja uma recuperação completa do organismo.

Para chegar ao intervalo entre as duas tentativas, os autores calcularam o tempo entre a primeira e a segunda internação e subtraíram o número de semanas de gestação no segundo momento.

De acordo com o tempo que levaram para engravidar novamente, as mulheres foram divididas em cinco grupos.

Quem esperou mais de 24 meses para tentar uma nova gravidez teve mais chance de sofrer um outro aborto.

INTERROMPIDAS

Cerca de uma em cada cinco gestações terminam em aborto espontâneo antes de completar 24 semanas.

Sabe-se que mulheres que sofrem uma perda gestacional têm mais risco de sofrer abortos ou outras complicações no futuro, como ameaça de aborto, parto prematuro ou induzido e hemorragias.

Os especialistas ainda não chegaram a um consenso sobre o prazo ideal para tentar uma nova gravidez.

A Organização Mundial da Saúde recomenda um período de pelo menos seis meses para que a mãe esteja totalmente recuperada, física e mentalmente. Alguns especialistas sugerem esperar pelo menos 18 meses.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

No entanto, alguns médicos acreditam que não há motivos para esperar, considerando que o aumento desse intervalo não aumenta a probabilidade de dar à luz sem problemas.

Além disso, hoje, a espera maior pode ser um complicador: muitas mulheres estão adiando a primeira gestação para depois dos 35 anos, quando as chances de engravidar diminuem e os riscos de o bebê nascer com algum tipo de problema começam a aumentar.

Por isso, elas tendem a não querer esperar muito para tentar novamente.

Fonte: Folha Online

<http://www.reporternews.com.br/noticia.php?cod=294755>

Saúde

09/08/2010 | 07h39m Ansiedade na juventude pode predizer doença cardíaca na meia-idade

Ansiedade e estresse nos anos de juventude indicam maior risco de doenças do coração na meia-idade, segundo dois estudos publicados no jornal da academia americana de cardiologia.

Os médicos já sabem que a ansiedade pode precipitar um infarto, mas avaliar distúrbios de ansiedade em jovens para prever doenças cardíacas futuras é um conceito novo. O distúrbio também é pouco estudado como fator independente de risco cardiovascular.

Os distúrbios de ansiedade incluem fobias, síndrome do pânico e estresse crônico.

Um dos estudos publicados acompanhou 49.321 suecos de 18 a 20 anos entre 1969 e 2006. Eles passaram por avaliação física e psiquiátrica no início do estudo, quando se alistaram para o serviço militar.

Dados de saúde dos participantes foram acompanhados por 37 anos. Mesmo após serem feitos ajustes para fatores de risco como obesidade, hipertensão e histórico familiar, a relação entre distúrbios de ansiedade e doença do coração foi mantida.

O outro trabalho avaliou 20 pesquisas sobre eventos cardíacos. Foram analisados dados de aproximadamente 250 mil pessoas. No início das pesquisas, nenhum participante tinha problema cardíaco. Foram escolhidas pesquisas em que o diagnóstico de ansiedade fazia parte da avaliação inicial.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

A conclusão foi a similar a do estudo sueco: a ansiedade é um sinalizador precoce de doenças do coração e morte, independentemente dos outros fatores de risco.

Fonte: Das Agências de Notícias

<http://www.reporternews.com.br/noticia.php?cod=294706>

Saúde

09/08/2010 | 07h16m **Aumentam exame de próstata e vasectomia no Brasil**

Os homens brasileiros estão cuidando mais da saúde. Esta é a conclusão de um levantamento feito pelo Ministério da Saúde, que divulgou neste domingo dados sobre os exames de próstata e as vasectomias realizados pelos SUS (Sistema Único da Saúde).

As cirurgias de vasectomias aumentaram em sete anos. Em 2009, foram 34.144 ocorrências, contra 19.103 em 2003 --a intervenção médica custa R\$ 306,47 no atendimento público.

Os exames de próstata também estão mais regulares e incorporados à rotina de prevenção a doenças. Dados coletados no mesmo período indicam que triplicaram os testes, passando de um milhão em 2003 para três milhões em 2009.

A Política Nacional de Saúde do Homem, um programa de informação e prevenção contra doenças, completa um ano no fim deste mês.

Fonte: Folha Online

<http://www.reporternews.com.br/noticia.php?cod=294716>

LIXO URBANO

Política prevê fim de lixões em Cuiabá

CAROLINA HOLLAND

Da Reportagem

O lixo se tornou um problema crônico em Cuiabá nos últimos anos. A coleta irregular vira e mexe causa dor de cabeça à prefeitura e, principalmente transtorno aos moradores da cidade. O projeto de lei que criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sancionada há poucos dias pelo presidente Lula, poderia ser um alívio para o impasse em Cuiabá, pois tem como meta acabar com os lixões e incentivar a reciclagem do lixo. Pois podem ser justamente esses os grandes desafios para implantar a política de resíduos sólidos na Capital.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

A Lei dos Resíduos Sólidos veda a existência de lixões e estabelece a criação de aterros para o lixo que não pode ser reaproveitado, como o orgânico. E, nos aterros, será proibido catar lixo. Para obter recursos voltados à criação dos aterros, as prefeituras precisarão aprovar uma lei municipal criando um sistema de reciclagem de resíduos. O prazo para que estados e municípios apresentem um plano de manejo de resíduos sólidos, para assim receberem recursos do governo federal para a construção de aterros, é de dois anos.

Em Cuiabá, a maior dúvida passa a ser sobre o que fazer com as 470 toneladas de lixo produzidas diariamente na cidade. A insegurança sobre o que fazer com tanta sujeira é gerada pela atual conjuntura que vive a população. Se mesmo com o lixão funcionando a situação em Cuiabá é caótica, não dá para imaginar qual seria o impacto da política de resíduos sólidos por aqui.

O secretário municipal de Meio Ambiente, Archimedes Pereira Lima Neto, afirma que a cidade está se preparando para uma resolução como essa há muito tempo. “A coleta seletiva de lixo existe há certo tempo em Cuiabá e estamos desenvolvendo um projeto nesse sentido. Hoje já há destino certo para entulho e pneus, por exemplo”.

De fato, a prefeitura assinou em junho um termo de cooperação técnica com a empresa de reciclagem Bioterra para que seja desenvolvido o projeto “Reciclando por um futuro melhor”. Segundo Neto, a meta da campanha é sensibilizar a população para a importância de separar os diferentes tipos de lixo – papéis, vidros, plásticos, metais, orgânicos.

No entanto, a Bioterra recicla apenas 2% do lixo na Capital. Estima-se que menos de 10% do que produzimos de sujeira é reaproveitado de alguma forma. A prática da coleta seletiva de lixo em Cuiabá ainda deixa muito a desejar, com desempenho pífio e muito abaixo do ideal. O fato é que ainda é um projeto que precisa dar certo.

POLÍTICA NACIONAL – Com a nova lei, haverá obrigações tanto para os consumidores quanto para comerciantes e fabricantes. Estes últimos, por exemplo, passarão a criar postos de receptação de produtos descartados pelos consumidores. A prática é chamada de “logística reversa”.

Caso não destinem corretamente os produtos após o consumo, consumidores, fabricantes e comerciantes ficarão sujeitos a penalidades da Lei de Crimes Ambientais.

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=376689>

Catadores já recebem idéia com bons olhos

Da Reportagem



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

A Política Nacional de Resíduos Sólidos foi bem recebida pelos catadores de lixo. Para Sebastião dos Santos, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, a nova lei vai favorecer a profissionalização da categoria e fazer bem para o ambiente, mas alerta para a importância da união de forças para dar certo.

“É uma ação barata e com muita chance de trazer benefícios para todo mundo. Mas precisa ser feita de forma integrada entre poder público e sociedade civil para dar certo. Sozinho, ninguém vai conseguir fazer nada”, afirmou.

Santos recomenda a formação de cooperativas para fortalecer a categoria. “O catador precisa se organizar, sair da individualidade. As cooperativas são uma forma bacana de se conseguir isso”.

O aumento da renda também é um ponto positivo avaliado por Santos, pois os catadores poderão ser remunerados pela prestação de serviços às prefeituras pela coleta, separação e reciclagem dos resíduos sólidos. Para Santos, não haverá mais desculpas para não fazer a coleta seletiva e reaproveitar os resíduos. “Com profissionalismo e boa vontade do poder público, Só não vai reciclar quem não quiser”, frisou. (CH)

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=376690>

Atual aterro tem vida útil de seis meses

Da Reportagem

O aterro sanitário de Cuiabá, para onde são levadas as 470 toneladas de sujeira produzidas diariamente pela cidade, funciona na base da renovação de contratos emergenciais. Em outras palavras, o lixão, como é popularmente conhecido, está há anos funcionando de forma provisória, sem que o poder público consiga resolver o problema de forma definitiva.

Atualmente o lixão funciona em uma célula provisória de 7 mil metros quadrados cedida pela Companhia de Saneamento da Capital (Sanecap). Mas, mesmo a área cuja capacidade de uso expirou também era temporária.

O lixão estava funcionando no local em caráter emergencial desde 2008. Além da baixa capacidade de receber dejetos, levantou-se a suspeita de que o líquido proveniente do lixo, o chorume, estaria se infiltrando nos lençóis freáticos a ponto de contaminar a água consumida pela população em Cuiabá.

Segundo o secretário de Meio Ambiente, Archimedes Pereira Lima Neto, a Secretaria Municipal de Infraestrutura está analisando os estudos de três possíveis áreas onde o novo aterro sanitário de Cuiabá poderá ser instalado. O prazo de uso da célula atual é de pelo menos seis meses. (CH)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=376691>

Política

Sábado, 07 de agosto de 2010, 06h55

Coletânea

Murilo e Arilson são condenados a devolver dinheiro por desaparecimento de medicamento

Deficiências no sistema de controle patrimonial e o desaparecimento de 665 caixas do medicamento Citocaína (Citanest) do almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande motivaram o Ministério Público a ingressar com ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o município, atualmente representado pelo prefeito Murilo Domingos. Foram acionados também o ex-secretário municipal de Saúde, Arilson Costa de Arruda, e os servidores Osvaldo Curvo de Moraes, Esperidião Leite de Oliveira e Marcelo Santana Costa.

De acordo com o MP, os prejuízos causados aos cofres públicos, com o desaparecimento dos medicamentos, ocorrido no ano de 2007, totalizaram R\$ 18.394,44. Além de requerer o ressarcimento ao erário e a punição dos gestores nas sanções previstas na lei 8.429/92, o Ministério Público também pleiteia a concessão de medida liminar para que o município seja obrigado a adotar, no prazo máximo de 45 dias, as medidas necessárias para garantir um controle eficaz do almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde. A Promotoria de Justiça já havia notificado o município para a adoção das providências necessárias para a implementação de controle informatizado, mas, até o momento, as recomendações não foram acatadas.

Segundo o MP, o cálculo dos prejuízos teve como base relatório elaborado pela auditoria do Sistema Único de Saúde (SUS). “A auditagem teve por base as notas fiscais de aquisição de medicamentos realizados pela Prefeitura Municipal entre fevereiro de 2007 e julho de 2008, e as requisições de remédios por meio das quais era autorizada a retirada dos produtos do estoque municipal”, destacaram os promotores de Justiça Tiago de Sousa Afonso da Silva e Carlos Eduardo Silva.

Consta na ação, que em dezembro de 2007, após comunicação realizada pelo então secretário municipal de Planejamento de Várzea Grande à Polícia Judiciária Civil, foi instaurado inquérito policial para apurar as razões do desaparecimento das caixas de medicamentos. Na ocasião, cópia dos autos foi encaminhada à Promotoria de Justiça de Defesa da Administração Pública em



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Cuiabá que requisitou a realização de auditoria pela equipe técnica do Sistema Único de Saúde (SUS). Após a conclusão dos trabalhos, o resultado da auditoria foi encaminhado à Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Várzea Grande para a adoção das medidas cabíveis.

A lista de irregularidades apontadas pelos técnicos do SUS incluiu a ausência de servidores qualificados; inexistência de inventário e registros de medicamentos armazenados no almoxarifado; falta de câmeras de monitoramento e entrega de medicamentos sem a conferência das quantidades retiradas. “Em virtude da falta de cuidado com o patrimônio público, terceiros começaram a adquirir remédios pertencentes ao estoque público mediante a entrega de pecúnia a intermediários. Esses, por sua vez, devido à influência exercida em determinados setores da Administração, conseguiram promover a retirada dos produtos desejados do almoxarifado”, acrescentaram os promotores de Justiça.

Na ação, os representantes do Ministério Público afirmaram ainda que no período em que ocorreu o desaparecimento dos medicamentos, o então secretário de Saúde adquiriu novos produtos sem a realização de procedimento licitatório. Na gestão do referido secretário foram gastos cerca de R\$ 641 mil na aquisição de medicamentos para atendimento ao programa Farmácia Básica, custeado pelo Governo Federal, Estadual e com contrapartida do próprio município.

<http://www.plantaonews.com.br/conteudo/show/secao/39/materia/23525>